

22/05/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.139 BAHIA

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
PACTE.(S)	: JOSÉ CARLOS SOUSA FARIAS
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO VALOR DA *RES FURTIVA*.

A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequenos furtos, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada.

Sem que se tenha presente o valor da *res furtiva* é inviável examinar a pertinência do princípio da insignificância.

Paciente que responde ao processo em liberdade e que tem condições de aguardar o devido processo legal, com o trâmite da ação penal, na qual a questão será debatida e resolvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 22 de maio de 2012.

Ministra Rosa Weber
Relatora

22/05/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.139 BAHIA

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
PACTE.(S)	: JOSÉ CARLOS SOUSA FARIAS
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de José Carlos Sousa Farias contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que denegou a ordem no Recurso Ordinário no *Habeas Corpus* 26.655/BA.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante tentando furtar esquadrias de alumínio de janela do prédio desativado onde funcionava o Tribunal Regional do Trabalho em Itabuna – BA. Em decorrência desses fatos, o Ministério Público Federal denunciou o acusado como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, inciso IV, c/c art. 14, parágrafo único, ambos do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a liminar postulada foi favorável ao paciente, sendo-lhe deferida a liberdade provisória, se por outro motivo não estiver preso, mediante compromisso de comparecer a todos os atos do processo.

Sobreveio apreciação do mérito do *habeas corpus* aforado perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que denegou a ordem por não considerar atípica a conduta em virtude da aplicação do princípio da insignificância e julgou prejudicado o pedido em relação à liberdade provisória.

No Superior Tribunal de Justiça, a Quinta Turma desproveu o RHC 26.655/BA ajuizado em favor do ora paciente. Daí a presente impetração.

Neste *habeas corpus*, a impetrante busca o trancamento da ação penal instaurada em desfavor do paciente na Vara Federal Única da Subseção Judiciária de Itabuna – BA em virtude da incidência do princípio da

HC 107.139 / BA

insignificância.

Afirma que “o crime que aqui se analisa – a tentativa de furto das 22 peças de esquadrias de alumínio – evidentemente trouxe mínima lesividade ao bem jurídico tutelado, o patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho, e portanto deve ser considerado um crime de bagatela, ao qual se aplica o Princípio da Insignificância”.

Em 11.02.2011, a eminente Ministra Ellen Gracie indeferiu a liminar.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

22/05/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.139 BAHIA

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com a aplicação – ou não – do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme consta dos autos, o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, IV, c/c art. 14, parágrafo único, ambos do Código Penal, pela tentativa de furto de esquadrias de alumínio do prédio desativado do Tribunal Regional do Trabalho em Itabuna – BA.

A ação penal ainda tramita, não havendo pelo menos notícia de seu julgamento.

Durante o trâmite da ação penal, foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (HC 2009.01.00.003962-3/BA).

Aquela Corte denegou a ordem por não vislumbrar hipótese de aplicação do princípio da insignificância, com as seguintes considerações:

“não consta dos autos qualquer elemento de prova a demonstrar a suposta inexpressividade econômica da esquadria em questão, de modo a comprovar, sem necessidade de dilação probatória, o ínfimo valor do objeto, hábil a atrair a incidência do princípio da insignificância.

Assim, tendo em vista que a impetrante não logrou demonstrar o ínfimo valor do bem objeto da tentativa de furto, e que a via estreita do habeas corpus não comporta dilação probatória, não há que se falar na aplicação do princípio da insignificância e no consequente trancamento da ação penal”.

Submetida à apreciação do STJ, a Corte igualmente afastou a incidência do princípio da insignificância, no julgamento do RHC 26.655/BA, conforme ementa assim redigida:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO INSTRUÍDO. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NÃO DEMONSTRADA. RECURSO DESPROVIDO.

HC 107.139 / BA

1. Correto o acórdão recorrido ao refutar a incidência do princípio da insignificância, porque não restou demonstrada a inexpressividade do valor da res furtiva. O rito da ação constitucional do habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, no caso, não foi juntado o laudo de avaliação, peça essencial para o deslinde da controvérsia, inviabilizando a adequada análise do pedido.

2. De fato, a tentativa de furto qualificado de esquadrias de alumínio pertencentes à prédio público, não pode, de plano, ser considerada irrelevante para o direito penal, porquanto o bem subtraído não possui necessariamente valor insignificante.

3. Recurso desprovido”.

A respeito da possibilidade de aplicação do princípio da insignificância à hipótese dos autos, observo que esta Suprema Corte, a princípio, tem admitido a aplicação do princípio em casos envolvendo crimes de pequena dimensão.

A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b)

HC 107.139 / BA

a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011)

A doutrina majoritária também tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também pode ser invocado como decorrência dos princípios da proporcionalidade ou da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Invocando a insignificância como consequência do princípio da proporcionalidade, encontram-se alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de 17.2.2012).

HC 107.139 / BA

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequenos furtos, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada, segundo a jurisprudência desta 1ª Turma.

No caso presente, há um óbice para a discussão do tema, pois não está esclarecido no processo o valor da *res furtiva*, as vinte e duas peças de esquadrias de alumínio.

Embora a Impetrante afirme o valor ínfimo da coisa furtada, baseando-se no depoimento do paciente e em consulta a *sites* da internet, é evidente que se faz necessária a avaliação merceológica do bem no curso da ação penal.

Não é viável substituir a necessária prova técnica pela demonstração unilateral pretendida pela Defesa.

Sem que se tenha presente o valor da *res furtiva* é inviável examinar a pertinência do princípio da insignificância.

Observo ainda que o paciente responde ao processo em liberdade e que a ação penal se encontra em trâmite, não se vislumbrando qualquer razão para não se aguardar a resolução da questão pelo devido processo legal, com a instrução probatória e o debate contraditório, em primeiro grau de jurisdição.

No presente caso, portanto, não foi demonstrada a pertinência do princípio da insignificância, devendo a questão ser previamente resolvida, presentes os elementos necessários, na ação penal.

Ante o exposto, **denego a ordem.**

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 107.139

PROCED. : BAHIA

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : JOSÉ CARLOS SOUSA FARIAS

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 22.5.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Cármem Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Mathias.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma